

A REFORMA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MINEIRA: mapeamento dos programas e ações educacionais de Minas Gerais (2019-2022)*¹

Vanyne Aparecida Franco Freitas

Introdução

Este capítulo apresenta o mapeamento dos principais programas e ações educacionais de Minas Gerais, instituídos no período de 2019 a 2022, como parte da pesquisa concluída denominada “Programas e Ações das Políticas Públicas Educacionais em Minas Gerais (2019-2022): mecanismos da Reforma Empresarial na Educação Pública Mineira”, desenvolvida no Curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED-FACED-UFU).

Ao considerar a reforma empresarial como um movimento promovido pelo neoliberalismo e instituído pelo Estado - que traz as ideias de livre mercado às políticas públicas, e que objetiva a redução da intervenção e da provisão do Estado na educação, para instituição de um mercado educacional (Freitas, 2018) – para analisar se os programas e ações educacionais de Minas Gerais atuam como mecanismos da reforma empresarial da educação pública no estado, foi necessário realizar o mapeamento desses programas e ações atuantes nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais.

A problematização em relação às políticas públicas educacionais mineiras está no processo proposto e implementado pelo governo estadual do Partido Novo, reeleito nas eleições do ano de 2022, e antes com um primeiro mandato de 2019 a 2022. Desde suas primeiras ações no primeiro mandato, o governo estadual mineiro saiu na defesa de uma “nova política de gestão do Estado”, com uma de suas principais diretrizes a redução do Estado na maneira como influencia o cotidiano das pessoas (Partido Novo, 2018). Além disto, nas políticas educacionais e para dentro das escolas, o governo, em continuidade ao projeto de reforma da educação implementado nos governos mineiros anteriores, como indicou Silva, Valente e Pereira (2019), intensificou o uso de novas tecnologias da informação e comunicação no controle e na organização do trabalho, com fortes elementos da reforma empresarial e do Governo Eletrônico na gestão e no trabalho das escolas em Minas Gerais. Além disto, sem reconhecer a educação como direito e na lógica empresarial, ela passa a ser concebida como um serviço a ser adquirido, comprado, vendido (Chauí, 2021) e controlado

* DOI - 10.29388/978-65-6070-057-4-0-f.90-105

¹ Parte da pesquisa concluída denominada “Programas e Ações das Políticas Públicas Educacionais em Minas Gerais (2019-2022): mecanismos da Reforma Empresarial na Educação Pública Mineira”. A pesquisa foi de abordagem qualitativa e a natureza descritivo-exploratória, e teve como objeto programas e ações que apresentaram ênfase nos mecanismos da reforma empresarial da educação, como a padronização, a avaliação, a responsabilização e a privatização. Após o levantamento documental, os programas e ações mapeados foram o Transforma Minas, o Programa Jovem de Futuro, o Projeto Somar, o Trilhas do Futuro, o Novo Currículo Referência de Minas Gerais, o Simave, o Prêmio Escola transformação e a Gide. Com o mapeamento, os resultados demonstraram a padronização, avaliação e responsabilização como um sistema complexo, estruturado em uma engenharia de alinhamento do governo estadual de Minas Gerais, e ainda, demonstraram a privatização como um processo gradativo, caracterizada por formas de privatização como a delegação da gestão escolar e da gestão educacional para organizações não governamentais, e pela instalação de parcerias público-privadas.

(Saviani, 2017; Freitas, 2018). A educação é assim concebida em um processo de vinculação entre público e privado (Freitas, 2018), alinhados a uma perspectiva neoliberal, com elementos de processos e práticas de gestão do setor privado-empresarial na gestão do estado (Marques, 2020).

Como uma das justificativas da pesquisa, nela foram observados os apontamentos de Ball (2011), os quais descrevem que as políticas normalmente não dizem o que fazer - elas criam circunstâncias, com opções disponíveis de ações, reduzidas ou modificadas, ou com metas particulares ou feitos estabelecidos. Nessa concepção, os problemas são colocados para seus sujeitos pelas próprias políticas, e as soluções devem ser localizadas e construídas nos seus contextos, envolvendo algum tipo de ação social criativa (Ball, 2011). Essas soluções localizadas refletem *in loco* as práticas - ou não - da implementação das políticas públicas voltadas à gestão escolar, políticas e ações às quais Silva, Valente e Pereira (2019, p. 176) sugerem ser necessário “um processo de acompanhamento e monitoramento [...], de modo a se apreender e compreender seu significado na organização e no desenvolvimento da educação nas Minas Gerais”.

O mapeamento dos programas e ações educacionais em Minas Gerais, voltado aos princípios e aos desdobramentos nas escolas públicas, permitiu apresentar como esses programas e ações atuam, e ainda, apresentar como a reforma empresarial acontece por meio deles. Os programas e ações mapeados foram o Transforma Minas, o Programa Jovem de Futuro, o Projeto Somar, o Trilhas do Futuro, o Novo Currículo Referência de Minas Gerais, o Simave, o Prêmio Escola transformação e a Gide. O mapeamento destes programas e ações é apresentado neste capítulo na seção de resultados, em uma discussão teórica com os principais conceitos relacionados à reforma empresarial.

Metodologia

Ao considerar a metodologia realizada neste estudo, para execução desta pesquisa foram determinadas a abordagem qualitativa e a natureza descritivo-exploratória, uma vez que o objeto tem por base a verificação e a análise, nas quais o investigador faz alegações de conhecimento com base em significados múltiplos das experiências individuais - significados concebidos como sociais e historicamente construídos (Creswell, 2007).

Como objeto, foram selecionados os programas e ações das políticas públicas educacionais do estado de Minas Gerais, instituídos no período de 2019 a 2022, que apresentaram ênfase nos mecanismos da reforma empresarial da educação, como a padronização, a avaliação, a responsabilização e a privatização.

Para garantir que o objetivo da pesquisa fosse atendido, após o estudo teórico, definiu-se como técnica de coleta de dados um levantamento documental para o mapeamento desses programas e ações, relacionados aos Programas do Governo, às Orientações, Diretrizes, Resoluções e às ações educacionais, direcionadas à gestão das escolas públicas estaduais. Os documentos foram identificados nas páginas eletrônicas da SEE/MG, e em outras páginas formalmente criadas pelo governo estadual de Minas Gerais para divulgação dos programas e ações educacionais relacionados à educação do estado. Os dados obtidos foram indexados, categorizados e analisados, de acordo com os objetivos do estudo, estruturados de acordo com a necessidade do mapeamento.

Resultados e discussões

No levantamento documental foram identificados programas e ações educacionais de Minas Gerais que refletem a concepção do indivíduo, “não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, ou como empresário de si mesmo, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia” (Chaui, 2021, n.p).

Nesse sentido, são apresentados de maneira sintética elementos essenciais à compreensão das implicações das políticas públicas educacionais na gestão de escolas públicas estaduais mineiras, em uma análise interativa, pluralista e comprometida com o ideal democrático e com a realidade social investigada (Roth Deubel, 2003).

Conforme apresentado na síntese abaixo (Figura 1), os programas e ações instituídas pelo governo mineiro a partir de 2019 destacaram-se na análise documental como ferramentas do modelo de gestão empresarial da educação no estado, refletiram a concepção de sociedade, de indivíduo e de Estado, e demonstraram como a engenharia de alinhamento da reforma empresarial na educação acontece.

Figura 1– Síntese de programas e ações de Minas Gerais com ênfase na reforma empresarial das escolas públicas estaduais

Transforma Minas
• Objetivo: atração, seleção, desenvolvimento e desempenho de servidores para trabalhar no Governo do Estado; • Ações: prevê o desenvolvimento de metodologia e estruturação de boas práticas de um modelo de gestão de desempenho, além da transferência de conhecimento ao Estado, e envolve a seleção de gestores públicos (Superintendentes das SRE's), por meio da estratégia de parceria público-privada com a Fundação João Pinheiro, e com outros parceiros denominados como "Aliança" (formada por organizações do terceiro setor - Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org).
Programa Jovem de Futuro
• Objetivo: ampliar capacidades e competências institucionais, coletivas e individuais no campo da gestão escolar e educacional, para melhorar a qualidade do Ensino Médio Regular e Fundamental nas escolas públicas de Minas Gerais, por meio do acordo de cooperação entre a SEE/MG e o Instituto Unibanco; • Ações: introdução do Sigae; e ações realizadas em áreas estruturais das escolas, como (1) governança; (2) formação; (3) mobilização; (4) assessoria técnica; e (5) avaliação e produção de conhecimento.
Projeto Somar
• Objetivo: entregar a gestão de escolas públicas estaduais à Associação do Ceteb, que apresentaram indicadores abaixo da média e que oferecem exclusivamente o ensino médio. • Ações: foram entregues, por meio de Editais, a gestão de 04 (quatro) escolas - Escola Estadual Francisco Menezes Filho e Escola Estadual Maria Andrade Resende, situadas em Belo Horizonte; e Escola Estadual Cel. Adelino Castelo Branco, da cidade de Sabará; e Escola Estadual Adelino Castelo Branco.
Trilhas do Futuro
• Objetivo: oferta gratuita de cursos técnicos aos estudantes e egressos do ensino médio de escolas públicas e privadas, por meio de instituições públicas ou pela estratégia de parcerias público-privada; • Ações: cursos identificados por levantamento de demanda junto às empresas mineiras, acerca de suas demandas por mão de obra; monitoramento e a avaliação da prestação de serviços pelo governo estadual; expansão do projeto aos educadores, sob o título "Projeto Trilhas do Futuro – Educadores", alinhado aos objetivos e metas traçados pela SEE/MG, e ofertados por instituições de ensino superior, públicas ou privadas.
Novo Currículo Referência Minas Gerais
• Objetivo: padronização do "que ensinar, para que e quando ensinar", em uma correlação elaborada entre a BNCC, os Currículos Referência, o PPP e o Plano de Aula do Professor; • Ações: engenharia de avaliação implementada no modelo <i>top-down</i>, com mudanças em todo o sistema educacional mineiro.
Simave
• Objetivo: avalia os estudantes, por meio de avaliações internas elaboradas pela SEE/MG, e avaliações externas; • Ações: sistema de avaliações em larga escala - avaliações internas do Estado, Proeb, e o Proalfa; estabelecimento de padrões de desempenho estudantil; emissão de relatórios de comparação entre os resultados de cada escola.
Prêmio Escola Transformação
• Objetivo: reconhecer as escolas públicas estaduais com destaque nos resultados de desempenho e fluxo escolar - instituído nos anos de 2021 e 2022; • Ações: instituição de novo índice de monitoramento educacional, obtido por meio de outros três novos indicadores instituídos - indicador de fluxo escolar, indicador de desempenho e o índice de acesso pelos professores a uma plataforma online, indicada pela SEE.
Gide
• Objetivo: implementar o desenvolvimento do Sistema Gerencial Gide, fundamentado no método PDCA, para um diagnóstico mais rápido e assertivo das causas prioritárias que influenciam os resultados escolares; para unificar e direcionar os esforços e recursos da escola em metas e ações para melhoria de resultados e processos. • Ações: ações na escola com base no PDCA, com uma reengenharia cultural de alinhamento para que os sistemas escolares adotem os sistemas empresariais competitivos.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Vale destacar que não se teve o objetivo de aprofundar a pesquisa em cada programa e ação, uma vez que o mapeamento, como parte do levantamento documental, reuniu características para embasar a compreensão dos dados com o objetivo de construção de outras etapas da pesquisa.

A - Transforma Minas – Programa de Gestão por Mérito e Competência

De acordo com a página institucional do Governo de Minas Gerais (2022a), intitulada Transforma Minas, e desenvolvida pela Prodemge – empresa de tecnologia da informação de Minas Gerais – este programa faz parte de uma iniciativa para aperfeiçoar o modelo de atração, seleção, desenvolvimento e desempenho de servidores para trabalhar no Governo do Estado. Este programa, criado por meio do Decreto 48.330, de 29 de dezembro de 2021, permite a participação de profissionais de todos os setores – público, privado e do terceiro setor – com o objetivo de garantir que estes profissionais estejam aptos a exercer suas atividades na administração pública mineira, por meio de um processo transparente, e que valorizem e desenvolvam competências orientados para resultados, com resiliência diante de desafios, com engajamento de pessoas, comunicação, entre outras (Minas Gerais, 2022a). Esse objetivo transpõe a linguagem empresarial e do mercado às competências dos profissionais da educação (Laval, 2019) que participam deste Programa, com o intuito de moldar os indivíduos aos novos formatos do trabalho baseado na tecnologia e em resultados (Libâneo; Freitas, 2018).

Outra proposta do Programa é que, além da seleção, ele promova o desenvolvimento e o desempenho dos profissionais selecionados, realizado por meio de uma parceria com a Fundação João Pinheiro, e inspirado pela “reforma realizada em países que criaram mecanismos modernos de recrutamento para profissionalizar a composição de altos cargos na administração pública [...] como o Chile [...] Austrália, além do Reino Unido” (Minas Gerais, 2022a, n.p).

O Chile foi a primeira experiência do neoliberalismo na América Latina (Harvey, 2014) e essa estratégia de parcerias público-privadas foi concebida, adotada e referenciada pelo Reino Unido, também dentro do neoliberalismo, justificada pela retórica de se configurar como uma maneira de recuperar a capacidade de investimento público, e em um movimento de implementação das reformas de redução do Estado (Peci; Sobral, 2004).

Ainda na página do Programa, como parceiros, o Governo de Minas intitulou a “Aliança” (destaque nosso), formada por uma reunião de organizações do terceiro setor - Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org – e que, segundo as informações da página, não envolvem transferência de recursos financeiros, e teve a parceria firmada por um Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação Lemann e o Governo do Estado (Minas Gerais, 2022a). Ainda sobre a parceria, ela “prevê o desenvolvimento de metodologia e estruturação de boas práticas de um modelo de gestão de desempenho, além da transferência de conhecimento ao Estado, visando à perenidade do Transforma Minas e à autonomia do Estado para a execução do Programa” (Minas Gerais, 2022a, n.p).

Ainda nessa parceria, na fase inicial do Programa dos processos técnicos de seleção, o eles contam com o apoio de outra OSC, denominada Vetor Brasil, responsabilizada pela metodologia de avaliação de profissionais na pré-seleção de determinadas vagas. Também

conforme a página do Programa, a escolha final dos profissionais selecionados é feita pelo próprio governo, com a previsão de que outras seleções para outras vagas tenham também o apoio da Vetor Brasil, através de capacitação e transferência do conhecimento (Minas Gerais, 2022a).

Outro destaque a ser observado na página, é que esta Aliança “prevê o desenvolvimento de metodologia e estruturação de boas práticas de um modelo de gestão de desempenho, além da transferência de conhecimento ao Estado” (Minas Gerais, 2022a, n.p). Esta observação reflete a disseminação da ótica do pensamento e das práticas liberais, que fazem a democracia ser compreendida e encarada pelo critério de eficácia (Chaui, 2021), e como esse programa traz elementos de processos e práticas de gestão do setor privado-empresarial para a gestão do estado em Minas Gerais, como apontaram Silva, Valente e Pereira (2019).

B - O Programa Jovem de Futuro, do Instituto Unibanco

Em 07 de agosto de 2019, em um processo de retomada da parceria entre a SEE/MG e o Instituto Unibanco (Instituto Unibanco, 2022, n.p), foi publicado no Diário do Executivo de Minas Gerais o acordo de cooperação, com o objetivo de implementar e desenvolver a então denominada “Estratégia de Gestão para o Avanço Contínuo”, doravante denominado “Projeto Jovem de Futuro”, que, segundo o decreto, “visa ampliar capacidades e competências institucionais, coletivas e individuais no campo da gestão escolar e educacional para melhorar a qualidade do Ensino Médio Regular nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais (Doe, 2019).

Na posição de parceiro da SEE/MG - o Instituto Unibanco - foi criado em 1982, como “uma das instituições responsáveis pelo investimento social privado do conglomerado Itaú Unibanco” (Instituto Unibanco, 2019, p.10). Essa parceria demonstra a participação da classe empresarial por meio de instituições sem fins lucrativos e a incorporação do empresariado aos debates educacionais (Poli; Lagares, 2017; Freitas, 2018), bem como mostra a função dessas organizações privadas de presidir uma completa reconfiguração da educação (Cattini, 2021).

Também, conforme a página do projeto, o “Projeto Jovem de Futuro” não está presente somente em Minas Gerais, pois desde seu lançamento em 2007, foi implementado em parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação nas escolas de ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental, nos estados brasileiros do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (Instituto Unibanco, 2022, n.p). Em Minas Gerais, o Instituto Unibanco atuou por meio desse programa em parceria com a SEE em um projeto piloto entre 2008 e 2014, com a parceria retomada em 2019 (Instituto Unibanco, 2022, n.p) pelo Governo de Romeu Zema.

Com o objetivo descrito de garantir a “aprendizagem dos alunos do Ensino Médio como consequência de uma gestão educacional orientada para o avanço contínuo da educação pública”, conforme apresentado em sua página, suas ações são estruturadas nos eixos governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento (Instituto Unibanco, 2022, n.p). Essa retórica presente nos objetivos do projeto advém do modelo de gestão empresarial e indicam como o neoliberalismo vê a educação: baseada na

visão da sociedade em um livre mercado, a educação precisa ser gerida para atender um mundo sistematizado pela competição (Freitas, 2018).

Ao retomar a página do Programa, existe uma “Comunidade de Práticas”, de modo que esta iniciativa se conecte com o aprendizado a partir da prática dos participantes, estruturada a partir do conceito de “construção de conhecimento”. Este conceito advém da década de 1980, tendo como origem o programa *Apple Classrooms of Tomorrow* (ACOT), realizado em escolas dos Estados Unidos (Instituto Unibanco, 2022), país base da reforma empresarial da educação.

Como método de trabalho proposto pelo Programa Jovem de Futuro às redes parceiras, o Circuito de Gestão é implementado pela parceria entre o Instituto Unibanco e as redes estaduais de educação, com atuação nas escolas, nas regionais e nas secretarias escolares, e inspirado no ciclo Planejar, Desenvolver, Controlar e Avaliar - PDCA – conceito atribuído aos americanos Clarence Irving Lewis e John Dewey, fundadores da escola filosófica do pragmatismo, introduzido, a princípio, no Japão, e comumente implementado nas normas de gestão da qualidade das empresas para traçar estratégias, solucionar problemas e desenvolver novos produtos (Oribé, 2009).

Atuante em uma área estratégica da educação, articulada aos demais organismos internacionais para monitorar a educação no estado (Libâneo; Silva, 2016), o governo estadual permitiu que uma organização empresarial preste serviços educacionais.

A padronização, linguagem e os mecanismos do Jovem de Futuro trazem a adoção e imposição de uma ideologia específica da gestão empresarial, e de sua linguagem comercial voltada ao marketing, à gestão e à constante obrigatoriedade das escolas de darem “retorno” (destaque nosso). Isto reflete a concepção da escola como uma empresa, sob forças da concorrência, e prestadora de serviços seguindo a oferta interesseira de organizações privadas (Libâneo; Silva, 2016; Laval, 2019) – forças que instituem a meritocracia na gestão escolar para garantir a competitividade (Libâneo; Silva, 2016), impõem o neotecnicismo e suas ferramentas tecnológicas (Freitas, 2018), e naturalizam a linguagem da lógica de mercado na educação (Oliveira; Oliveira, 2019).

C - Projeto Somar

Como outra iniciativa de privatização, o governo estadual de Minas Gerais, em 2022, trouxe o Projeto Somar, definido como “iniciativa de Gestão Compartilhada de escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino em parceria com Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos” (Minas Gerais, 2022b, n.p.). Este projeto foi iniciado como um projeto piloto em três escolas públicas do estado, que apresentaram indicadores abaixo da média e que oferecem exclusivamente o ensino médio: Escola Estadual Francisco Menezes Filho e Escola Estadual Maria Andrade Resende, situadas em Belo Horizonte; e Escola Estadual Cel. Adelino Castelo Branco, da cidade de Sabará.

Estas escolas tiveram sua gestão entregues à Associação do Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB), por um período de quatro anos a partir de 2022, e, segundo o governo mineiro, as escolas permanecem gratuitas e públicas, e “as diretrizes do projeto pedagógico do projeto são cumpridas com base no Currículo Referência do Ensino Médio e no calendário escolar de rede” (Minas Gerais, 2022b, n.p.).

Em 06 de junho de 2022, o governo estadual publicou o Edital que divulga as normas regulamentares para realização do processo de seleção de servidor ao exercício do cargo de diretor de escola e à função de vice-diretor da Escola Estadual Adelino Castelo Branco para atuarem na gestão compartilhada do Projeto Somar.

Apesar do tempo de duração da parceria ser de 53 meses – cinco meses em 2021 e os quatro anos seguintes – a partir de 2022 a gestão dos recursos humanos tornou-se completamente de responsabilidade da OSC parceira, com autonomia para contratação de profissionais, exceto os cargos de diretores, vice-diretores e secretários escolares, mantidos como cargos de carreira da educação pagos pela SEE/MG, com todos os demais cargos efetivos remanejados para outras escolas. Os professores contratados pela OSC foram via Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), sem poderem integrar o quadro de servidores efetivos do estado (Minas Gerais, 2022b).

Esse Projeto representa o modelo de gestão empresarial apontado como o mais adequado para a educação, o qual, por meio da estratégia de vinculação público-privada (Laval, 2019), terceiriza os serviços administrativos, a supervisão e até mesmo os gestores escolares (Hypolito, 2011), e privatiza a oferta de serviços educacionais (Libâneo; Silva, 2016).

D - Trilhas do Futuro

O Projeto Trilhas do Futuro foi instituído por meio da Resolução SEE nº 4.583, de 22 de junho de 2021, que segundo a página da SEE/MG, trata-se de um projeto do governo de Minas Gerais para a oferta gratuita de cursos técnicos aos estudantes e egressos do ensino médio de escolas públicas e privadas (matriculados nos 2º e 3º anos, ou em qualquer período da Educação de Jovens e Adultos - EJA).

Nos editais de credenciamento, a SEE/MG estabeleceu que poderiam se inscrever instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, para ofertarem formação profissional e técnica de nível médio, com uma tabela fixa de valor a ser pago por curso ofertado (Minas Gerais, 2022e, n.p). No primeiro Edital de Credenciamento nº 01/2021, publicado em 02 de julho de 2021, foram previstos 62 (sessenta e dois) tipos diferentes de cursos técnicos, com a previsão de outros cursos, com carga-horária prevista entre 800 e 1700 horas, incluindo o estágio, e que vão, em média, como valor inicial a ser pago por aluno de 4mil até 12mil reais, dependendo da carga-horária e do curso (Minas Gerais, 2021).

Conforme Orientações da SEE/MG para o credenciamento das instituições ofertantes dos cursos, “o projeto é uma iniciativa do Governo de Minas que tem como objetivo ofertar, gratuitamente, aos jovens cursos técnicos, com perspectiva de empregabilidade, aproveitando-se da infraestrutura já existente e da expertise de instituições públicas e privadas” (Minas Gerais, 2022c, n.p). Ainda segundo estas orientações, os municípios para atendimento do projeto foram selecionados pela SEE/MG após um mapeamento junto às empresas do estado acerca de suas demandas por mão de obra. O monitoramento e a avaliação da prestação de serviços das instituições credenciadas são de responsabilidade das SRE’s, por meio dos fiscais e gestores de contratos e do Serviço de Inspeção Escolar, com este último realizando verificação *in loco* bimestralmente em cada instituição (Minas Gerais, 2021).

Esse atendimento da demanda por mão de obra, estabelecida pelas empresas mineiras, é mais um reflexo da reforma empresarial, adotado como estratégia em diversos

países, na qual há a preparação da escola profissionalizante e técnica para atender essa demanda, em uma formação rápida e à distância, ofertada por um processo de mercantilização da educação, (Sampaio *et al.*, 2002). Ademais, é uma estratégia da reforma que tem como objetivo moldar os indivíduos aos novos formatos do trabalho, com base na tecnologia e resultantes em lucro (Libâneo; Freitas, 2018).

Desta forma, trata de mais um Projeto que terceiriza os serviços administrativos do Estado (Hypolito, 2011), e privatiza a oferta de serviços educacionais (Libâneo; Silva, 2016), como o fez nos Programa Transforma Minas, Jovem de Futuro e Projeto Somar. Todas as instituições terceirizadas e envolvidas na estratégia de vinculação público-privada trazem o ônus da perspectiva da gestão e da reforma empresarial às escolas: esta perspectiva atinge todo o saber da educação e as próprias escolas, que, por sua vez, passam a transmitir valores, conhecimentos e vínculos sociais (Laval, 2019) com base no mundo gerencial.

E - Novo Currículo Referência de Minas Gerais

De acordo com informações do CEE/MG, o Currículo Referência do Ensino Médio do Estado foi homologado em 07 de abril de 2022. Contudo, mesmo antes, em 2019, além do Ensino Médio, o governo estadual implementou o Currículo Referência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

De acordo com este último documento, a construção dos Currículos Referências deu-se por meio de um diálogo entre o Estado e os municípios, caracterizado como “uma oportunidade singular para o fortalecimento do regime de colaboração – previsto desde a Constituição Federal (1988) – e para avançarmos na consolidação de um Sistema Integrado de Educação Pública (Siep), como vem sendo debatido em nosso estado” (Minas Gerais, 2022d, p. 2).

Ainda nestes documentos, consta que a construção dos Currículos Referências demandou um “esforço coletivo para reunir a imensa ‘Minas Gerais’ ” (Minas Gerais, 2022d, p. 2), em uma colaboração conjunta da seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (UNDIME/MG), das escolas privadas de educação e da SEE/MG. Além disto, contou com a colaboração de entidades parceiras, como o Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais (FEPENG), o Fórum Mineiro de Educação Infantil (FMEI), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Minas Gerais (UNCME/MG), o CEE/MG, além de outras entidades e atores colaboradores (Minas Gerais, 2022d).

Os documentos destacam que os Currículos Referências se referem à organização escolar, ao “que ensinar, para que e quando ensinar [...] uma construção social do conhecimento [...] trata-se da seleção dos conhecimentos historicamente produzidos e construídos e as formas distintas de assimilá-los” (Minas Gerais, 2022d, p.11).

Também, embora complementares, demonstra a diferença entre a BNCC e os currículos – um é o ponto a se chegar, e o outro, o caminho de como chegar, respectivamente (Minas Gerais, 2022d). A convergência do Currículo aos PPP e ao Plano de Aula, segundo a SEE/MG, seriam formas de resgatar contextos e significados da realidade das regiões e dos estudantes, contudo, reflete o modelo *top-down* de implementação das políticas públicas e a noção tradicional do mundo administrativo, que funcionam como uma ponte entre dois lados diferentes: um, o centro, no qual estão os decisores e formuladores das políticas; e o

outro lado, a periferia, com os executores das políticas e no qual prevalece estratégias de controle, de planejamento e de responsabilização (Roth Deubel, 2003; Freitas, 2018).

F - O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave)

Considerado como uma avaliação externa, o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave) - criado em 2000 pela SEE/MG em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF) – acontece anualmente, com a participação das escolas estaduais e municipais de Minas Gerais, e “avalia o nível de apropriação de conhecimentos e habilidades alcançado pelos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática” (Caed/UFJF, 2022, n.p).

Desde o início, por meio do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb), ou Prova Brasil, eram avaliados os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio; a partir de 2006, dando origem ao Programa Nacional de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), os 2º e 3º anos do Ensino Fundamental integraram o Simave.

O Portal do Simave, com o subtítulo de “Avaliação e Monitoramento da Educação Básica”, é definido como uma plataforma estruturada especificamente ao contexto de Minas Gerais, “de acordo com as ações e políticas educacionais propostas para a rede [...] as ferramentas e recursos que compõem a plataforma constituem um mapa que orienta o percurso necessário para a melhoria da aprendizagem dos estudantes” (Caed/UFJF, 2022, n.p).

Ainda como apresentado, nesta plataforma constam recursos e ferramentas que vão desde a aplicação dos testes até a divulgação dos resultados, de modo que os estudantes realizem as avaliações e, após, as escolas e as secretarias monitorem os resultados. Na Plataforma constam as orientações pedagógicas que trazem os caminhos a serem seguidos por gestores e professores para o ensino das habilidades essenciais; os indicadores de oferta da educação básica do estado; ambiente para cadastro dos estudantes, das escolas e dos profissionais, bem como para aplicação das avaliações; o monitoramento do uso da própria plataforma, com a possibilidade de consulta a indicadores de aplicação e correção dos testes; consulta aos itens e referências curriculares em relação à BNCC; e por fim, os resultados das avaliações, divulgados por diferentes indicadores.

Para consultar os resultados divulgados, disponível para consulta pública e por projeto – Proeb ou Proalfa - é possível filtrar, na sequência: o nível de ensino, a rede estadual ou municipal, a regional, o município, a escola, a etapa avaliada e a disciplina. Mas para análise dos resultados, faz-se importante conhecer os padrões de desempenho estudantil estabelecido para o Simave, a partir de 2019: baixo, intermediário, recomendado e avançado (Caed/UFJF, 2022, n.p). E cada resultado apresentado, de cada escola específica, em um relatório gerado com os resultados, é possível fazer diferentes comparações, como exemplo, da escola com os resultados do Estado de Minas Gerais, e com os resultados da Regional a qual a escola pertence.

Neste ponto, é importante relembrar, mais uma vez, uma das estratégias do governo estadual para implementar a gestão empresarial nas escolas. Ao introduzir parâmetros de funcionamento de uma empresa no interior das escolas, via gestão e para todos os níveis do

sistema de ensino, o governo impõe a lógica tecnicista, estabelece parâmetros de qualidade total e mecanismos de aferição e de certificação da qualidade, por meio de avaliações (Poli; Lagares, 2017; Freitas, 2018).

Assim, a educação é padronizada e submetida ao controle, os espaços educativos são reformulados, os professores e estudantes são submetidos a sucessivos testes, avaliações, metas e a outras ferramentas de controle (Freitas, 2018; Freitas, 2021), para que a engenharia da reforma empresarial funcione (Freitas, 2018), no ideário da educação como uma prestação de serviços disponível no mercado e da escola como uma empresa.

G - Prêmio Escola Transformação

Como política específica do governo de Minas Gerais (2019 a 2022), e evidenciando a tentativa de consolidação da reforma empresarial na educação, foi instituído o Prêmio “Escola Transformação”, com o objetivo de reconhecer as escolas públicas estaduais com destaque nos resultados de desempenho e fluxo escolar (Minas Gerais, 2021).

O mesmo ato normativo de criação do Prêmio, em 2021, instituiu o Índice Escola Transformação (Inest), mais um indicador de avaliação das escolas públicas, obtido por meio de outros três indicadores também com ele instituídos - indicador de fluxo escolar, indicador de desempenho e o índice de acesso pelos professores a uma plataforma online, indicada pela SEE.

O Inest, conforme determina a Resolução SEE nº 4.524, de 11 de março de 2021, é calculado três vezes ao ano e a cada avaliação de rede aplicada, baseado em taxas de aprovação, e em médias padronizadas da proficiência em língua portuguesa e matemática dos estudantes enturmados no Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade), e participantes dessas avaliações de rede.

E como critérios de distribuição dos prêmios, são observadas as melhores médias entre taxa de participação dos estudantes na primeira avaliação diagnóstica do ano, e o índice de utilização pelos professores de plataforma online indicada pela SEE. Ao todo, em 2021, foram destinados trezentos prêmios iniciais, concedidos como certificação às escolas. Depois, seiscentos prêmios no valor de cem mil reais cada, com a execução financeira condicionada a um portfólio de projetos pedagógicos enviado pela SEE às SRE's, e à anuência do Colegiado Escolar (Minas Gerais, 2021).

Com a instituição de metas, a lógica da competitividade – considerada como princípio político que comanda a reforma empresarial - passa a orientar as escolas e estabelece competição entre elas (Libâneo; Silva, 2016; Dardot; Laval, 2017), a racionalidade de mercado expande para todos os setores da educação (Dardot; Laval, 2017) e a reforma alcança seu maior objetivo que é transformar a escola em “escola neoliberal” (Laval, 2019, p.17).

Quando não alcançadas as metas, a improdutividade ou ineficiência diagnosticada passa a constituir uma ameaça à estabilidade do sistema de ensino (Saviani, 1999), o que justifica mais uma vez ampliar os sistemas de avaliação, com metas cada vez mais difíceis (Freitas, 2018). Sem cumprir as metas, acontece a desmoralização da escola, fato que subsidia a delegação da gestão educacional e de partes do sistema educacional do Estado de Minas Gerais às parcerias público-privadas (Adrião, 2017), e, portanto, justifica o processo de privatização (Adrião, 2017; Freitas, 2018).

Portanto, sob o discurso de premiação e de valorização, o Prêmio replica a retórica dos discursos neoliberais de suposto caráter humanista e democrático, mas está impregnado da visão mercadológica: ao se falar em melhor desempenho dos alunos, significa pontuações cada vez maiores em testes padronizados; ao se referir a escola de sucesso, é o mesmo que escola com bons resultados em testes e não uma escola como centro e referência à sua comunidade, com professores dedicados aos alunos e voltados ao processo de aprendizagem e de emancipação (Ravitch, 2013). Como Freitas (2018) coloca, são máscaras para implementar um cenário ideal de mercado educacional neoliberal.

H – Gide

A Gide em Minas Gerais foi lançada em outubro de 2019, a princípio, em 251 escolas públicas exclusivas de ensino fundamental, com abrangência de 17 SRE's, e por meio de um Acordo de Cooperação Técnica da SEE-MG com a Fundação da Gide – FDG, dentro do Programa Gestão pela Aprendizagem (Minas Gerais, 2020). Segundo a página da FDG, a Gide já esteve presente em onze estados brasileiros, e envolveu sete mil instituições de ensino, atuante a vinte e quatro anos com sua metodologia gerencial, focada em resultados do ensino aprendizagem, com o método científico PDCA (FDG, 2023).

Em Minas Gerais, de acordo com o Memorando-Circular nº 5/2020/SEE/DIEF, “a parceria visa a implementação e o desenvolvimento do Sistema Gerencial Gide, fundamentado no método PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Atuar), que possibilita um diagnóstico mais rápido e assertivo das causas prioritárias que influenciam os resultados escolares” (Minas Gerais, 2020, p.1). Além disto, segundo informações do governo estadual, a Gide “é focada em uma metodologia que unifica e direciona os esforços e recursos da escola em metas e ações para a melhoria de resultados e processos, fundamentado no método PDCA e no gerenciamento do processo pedagógico a partir de fatos e dados” (Minas Gerais, 2023).

Em 2020, no projeto da Gide, das 17 SRE's já contempladas, foram incluídas mais 140 escolas, além de serem incluídas as demais SRE's (total de 30), com abrangência de mais 648 escolas, no total de 899 escolas participantes. As SRE's disponibilizaram 208 multiplicadores, responsáveis por “acompanhar quinzenalmente as escolas sob sua responsabilidade de forma a ser uma referência para o comitê gestor da escola, bem como para a equipe de consultores da FDG e do Núcleo GIDE (SEE)” (Minas Gerais, 2020, p.2). Além dos multiplicadores, também foi determinado a necessidade de haver em cada SRE um Coordenador da Gide, a ser, de preferência, o Supervisor da Equipe Pedagógica ou o Diretor Educacional (Minas Gerais, 2020).

Como nos demais programas e ações analisados, a Gide traz a proposta de ação com base no conceito PDCA às escolas públicas, bem como traz uma reengenharia cultural de alinhamento para que os sistemas empresariais competitivos tomem os lugares dos sistemas ético-profissionais das escolas (Ball, 2005). Mais uma vez reflete a concepção da escola como uma empresa (Libâneo; Silva, 2016; Laval, 2019), e a imposição do modelo de gestão empresarial por meio do neotecnicismo e de suas ferramentas tecnológicas, para padronizar, avaliar e responsabilizar os gestores pelos resultados escolares (Freitas, 2018).

Quanto à parceria com a FDG, cabe destacar que a fundação é certificada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e foi instituída em 1997 por

“nove grupos empresariais e sete pessoas físicas [...] com a finalidade de difundir métodos, técnicas e ferramentas gerenciais com o objetivo de melhorar a gestão do país” (FDG, 2023, n.p).

A FDG também é apresentada pela página eletrônica Agência Minas como uma “instituição assistencial, sem fins lucrativos [...] que difunde conhecimentos técnicos e científicos na área de gestão educacional, com foco no alcance da melhoria de resultados, utilizando o sistema Gide em instituições e redes de ensino públicas e particulares” (Minas Gerais, 2023, n.p).

Conforme a página eletrônica da fundação, esses métodos e ferramentas gerenciais foram desenvolvidas de maneira exclusiva e focada na linguagem escolar, com seu foco de atuação redirecionado, em 2016, para a Gide Avançada, destinada “para as instituições e redes educacionais particulares, redes municipais e estaduais de ensino, além de oferecer oportunidades de parcerias para empresas que se preocupam com seu papel social e desejam ser agentes transformadores das comunidades ontem atuam” (FDG, 2023, n.p).

Segundo a FDG, a Gide Avançada traz dois indicadores próprios - diferentes entre si por seus desdobramentos finalísticos e processuais, e diferentes de acordo com as instituições e redes de ensino atendidas - particulares ou as redes de ensino públicas. Respectivamente, tem-se o Índice de Formação Integral – IFI das escolas e rede de ensino particular, com desdobramentos processuais relacionados às dimensões cognitiva, socioemocional e administrativo-financeira; e o Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social – IFC/RS da rede de ensino pública, com desdobramentos processuais relacionados aos indicadores acadêmicos e pedagógicos, financeiros, administrativos e de cidadania (FDG, 2023).

Com a Gide, o governo estadual atrai o setor privado para o setor público com o intuito de desestatizar, regular e flexibilizar a gestão pública (Peci; Sobral, 2004), incorpora o empresariado aos debates educacionais (Poli; Lagares, 2017; Freitas, 2018), permite que organizações privadas monitorem a educação do estado (Libâneo; Silva, 2016) e a reconfigurem por completo (Catini, 2021), além de fazer com que as escolas transmitam valores, conhecimentos e vínculos sociais na perspectiva da escola como empresa (Laval, 2019).

Após o mapeamento destes programas e ações das políticas públicas educacionais de Minas Gerais instituídos no período de 2019 a 2022, foi possível inferir, de acordo com o problema central da pesquisa, que eles agem como mecanismos da gestão empresarial no cotidiano escolar, pois trazem como base e implementam os mecanismos da reforma empresarial da educação de padronização, de avaliação, de responsabilização e de privatização. De maneira igual, foi evidenciado que estes oito programas e ações são norteados pelo modelo de gestão empresarial (Freitas, 2018) e pela visão da escola como empresa (Laval, 2019). Esses processos despontam o paradoxo vivenciado no cotidiano escolar entre a função social da educação e a lógica empresarial (Faustini *et al.*, 1998; Paro, 2009) imposta pela reforma, e foram destaques na análise documental para estruturação da pesquisa.

Considerações finais

Diante dos resultados do mapeamento, considera-se que os programas e ações educacionais de Minas Gerais implementados no período de 2019 a 2022 baseiam-se na gestão

empresarial, em acordo ao programa neoliberal de reforma empresarial dos serviços públicos, e implementam os mecanismos da reforma de padronização, avaliação, responsabilização e privatização.

Também, outros resultados foram evidenciados, associados aos principais núcleos temáticos da pesquisa: a reordenação do processo educativo nas escolas; a inserção da gestão empresarial no cotidiano escolar; o foco da escola nas avaliações; o movimento *top-down* de implementação dessas políticas; a estratégia de parcerias público-privadas; a delegação da gestão escolar para organizações não governamentais. Com o mapeamento, os resultados demonstraram a padronização, avaliação e responsabilização como um sistema complexo, estruturado em uma engenharia de alinhamento (Freitas, 2018) pelo governo estadual de Minas Gerais, que sufoca e viola a diversidade escolar e cultural, em uma sequência pragmática e normatizada de ações voltadas a padronizar o ensino, a instituir avaliações e a responsabilizar a própria escola e seus atores pelos resultados (Freitas, 2018); e ainda, demonstraram a privatização, instituída em um processo gradativo, caracterizada por formas de privatização como a delegação da gestão escolar e da gestão educacional para organizações não governamentais, e pela instalação de parcerias público-privadas (Adrião, 2017). Nesse processo, a educação pública é retirada da esfera pública e entregue inteira ao mercado, sem a submissão ao Estado (Laval, 2019).

Portanto, acompanhar e monitorar esses programas e ações, como indicaram Silva, Valente e Pereira (2019), faz-se importante e urgente para que todos os envolvidos na educação pública conheçam e compreendam o movimento da reforma, seus mecanismos e objetivos, de maneira a viabilizar a defesa da educação pública com uma gestão pública e democrática, conforme sua concepção na Constituição Federal: a educação pública como direito, gerida de maneira democrática, sem estar subordinada às lógicas de mercado.

Referências

ADRIÃO, T. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: Araújo, L; Pinto, J. M. R (orgs). **Público x privado em tempos e crise**. São Paulo: Fundação Lauro campos e Fineduca. 2017.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set/dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, S. J.; MAI-NARDES, J. (org). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

CAED/UFJF (org.). **Conheça o SIMAVE**. 2022. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/programa>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CATINI, C. de R. Educação bancária, “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.90-118, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43748>

CHAUI, M. Democracia e a educação como direito. Introdução do livro recém-lançado “A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio”. In: LIMA, I. R. S.;

OLIVEIRA, R. C. (Org.). **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021. Disponível em: <https://aterraere-donda.com.br/democracia-e-a-educacao-como-direito/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DARDOY, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DOE. **Diário do Executivo de Minas Gerais**. Minas Gerais, 07 ago. 2019. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/DOE-publica%C3%A7%C3%A3o-Acordo_07.08.2019.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

FAUSTINI, L. A. *et al.* Estrutura administrativa da educação básica. In: MENEZES, J. G. de C.; BARROS, R. S. M. de; NUNES, R. A. C. **Estrutura e funcionamento da educação básica - Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. Cap. 6, p.137-151.

FDG. Fundação De Desenvolvimento Gerencial (org.). **FDG**. 2023. Disponível em: <https://www.fdg.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialistas da escola e trabalho docente. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, SP, v. 21, n. 38, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265>. Acesso em: 02 jan. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO (Brasil) (org.). **Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2019 MG**. Minas Gerais: Instituto Unibanco, 2019. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/IU-Relatorio_Atividades_MG_2019-digital.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem de Futuro**. 2022. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 01 jan. 2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, J. C; SILVA, S. P. Organismos Internacionais e Políticas para a educação: repercussões na escola e no processo ensino-aprendizagem. In: LIBÂNEO, J. C; SUANNO, M. V. R; ROSA, S. V. L. (orgs.) **Didática e Currículo: impacto dos organismos internacionais na escola e no trabalho docente**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico: CEPED Publicações, 2016.

LIBÂNEO, J. C. FREITAS, R. M. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Ed. Espaço Acadêmico, 2018.

MARQUES, L. R. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). Diretoria de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Memorando-Circular nº 5/2020/SEE/DIEF**. 2020. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular%20n%C2%BA%205-2020-SEE-IEF,%2006%20de%20agosto%20de%202020%20-%20Projeto%20Gest%C3%A3o%20Integrada%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(GIDE\).pdf](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular%20n%C2%BA%205-2020-SEE-IEF,%2006%20de%20agosto%20de%202020%20-%20Projeto%20Gest%C3%A3o%20Integrada%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(GIDE).pdf) . Acesso em: 09 mar. 2023.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). **Editais de credenciamento nº 01, de 02 de julho de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/EDITAL%20DE%20CREDENCIAMENTO%20SEE%20N%C2%BA%20012021.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MINAS GERAIS. **Prodemge**. Governo do Estado de Minas Gerais (org.). Transforma Minas. 2022a. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/transforma-minas>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). **Cartilha Projeto Somar**. 2022b. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/cards%20Projeto%20SOMAR.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). Orientações para o credenciamento de instituições. **TRILHAS DE FUTURO**. 2022c. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20Credenciamento%20de%20Institui%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MINAS GERAIS. EQUIPE TÉCNICA DA SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (org.). **Conhecendo as avaliações e os indicadores educacionais**. 2022d. Disponível em: <https://www2.educa->

cao.mg.gov.br/images/documentos/Simave%20-%20Conhecendo%20as%20Avalia%C3%A7%C3%B5es%20e%20os%20Indicadores%20Educacionais.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

MINAS GERAIS. SECRETARIA-GERAL (org.). **AGÊNCIA MINAS**. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

OLIVEIRA, J. F.; OLIVEIRA, R. P. Prefácio. In: ADRIÃO, T. *et al.* (org.). **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018**: para onde os sistemas estaduais caminham. Brasília: Anpae, 2019.

ORIBE, C. Y. **PDCA: origem, conceitos e variantes dessa ideia de 70 anos**. Qualypro, Brasil, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2009. Disponível em: <http://www.qualypro.com.br/artigos/pdca-origem-conceitos-e-variantes-dessa-ideia-de-70-anos>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PARO, V. H. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 453-467, 2009.

PECI, A.; SOBRAL, F. Parcerias Público-Privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira. **Cadernos Ebape**. BR, 2007, 5.2: 01-14.

POLI, L.; LAGARES, R. Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública. **RBPPE**, v. 33, p. 835 - 849, 2017.

RAVITCH, D. **Boston Teacher: Why I Quit, Why I Fight**. 2013. Acesso em 01 de novembro de 2021, disponível em Diane Ravitch's Blog: <https://dianeravitch.net/category/corporate-reformers/>

ROTH DEUBEL, A. N. Una itnrodución para el análisis de las políticas públicas. In: **Revista Cuadernos de Administración**. Universidad del Valle, n. 30, 2003, pp. 113-128, 2003.

SAMPAIO, C. M. A.; SANTOS, M. S.; MESQUIDA, P. Do conceito de educação a educação no neoliberalismo. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 7. p. 165-178, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32 ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

SILVA, M. S. P.; VALENTE, L. de F.; PEREIRA, M. S. F. O “novo” nas trilhas da educação: políticas e prioridades para a educação básica nas Minas Gerais em 2019 (janeiro a junho). In: **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018**: para onde os sistemas estaduais caminham? ANPAE, 2019.